



MOÇÃO

«Sobre o eixo ferroviário Sines-Évora-Badajoz»

1ª Subscritora: **Gertrudes Pastor** (CDU)

Considerando que:

- a) A Infraestruturas de Portugal, empresa pública que resulta da fusão entre a REFER e Estradas de Portugal, anunciou que vai avançar com a construção da ligação ferroviária de mercadorias Sines-Évora-Badajoz;
- b) Este eixo ferroviário e este investimento são de vital importância para o desenvolvimento económico do país e com repercussões muito positivas na economia do concelho de Évora;
- c) Contudo, o traçado proposto inclui um troço que pretende reutilizar o canal da antiga linha Évora-Estremoz, o que, caso se venha a concretizar, fará com que a área urbana da cidade, particularmente a freguesia da Senhora da Saúde, seja atravessada por uma nova linha eletrificada, em que:
 - Se prevê a circulação, dia e noite, de perto de 60 comboios pesados de mercadorias;
 - Seriam cortados os principais eixos de ligação rodoviária com os Bairros da Comenda, St. Luzia, Santo António e outras zonas residências, sem alternativas razoáveis e viáveis;
 - Seriam dificultados, ou mesmo cortados, os acessos atuais de transportes públicos que servem aquelas zonas.
- d) A imposição daquele traçado causará graves prejuízos para a qualidade de vida, nomeadamente quanto ao ruído, ao isolamento de zonas urbanas (criando uma ferida no tecido urbano da cidade e, em particular, na ligação com o centro histórico), ao isolamento das populações;
- e) Há alternativas que, mantendo a ligação Sines-Évora-Badajoz, podem salvaguardar a harmonia do espaço urbano e a qualidade de vida das populações.



Assim, a Assembleia Municipal de Évora, reunida a 29 de fevereiro de 2016, delibera:

1. Afirmar a importância de se garantir a construção da ligação ferroviária de mercadorias Sines-Évora-Badajoz;
2. Exigir que se encontre uma solução para o troço junto à cidade de Évora, que seja compatível com a harmonia do espaço urbano e com a garantia da qualidade de vida de quem vive e trabalha naquela zona, o que significa recusar o traçado que se quer impor;
3. Apoiar as diligências já aprovadas pela Câmara Municipal, nomeadamente reuniões solicitadas à empresa e ao Governo.

(Aprovada por unanimidade)



MOÇÃO

«NA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE, DEFENDEMOS A CONSTRUÇÃO DO NOVO HOSPITAL CENTRAL PÚBLICO DE ÉVORA»

1º Subscritor: **Duarte Guerreiro** (CDU)

Há muito que as promessas de construção do novo Hospital Central público de Évora se sucedem e a sua concretização é sempre adiada.

Após sucessivos adiamentos da construção do novo hospital, a situação a que se chegou no Hospital do Espírito Santo em Évora (HESE) é insustentável.

O esgotamento das atuais instalações do HESE é mais que evidente e causa óbvios constrangimentos financeiros e operacionais.

Trata-se de um Hospital que funciona em dois edifícios distintos, separados por uma via rodoviária identificada oficialmente como parte integrante do IP2.

As intervenções na conservação de ambos os edifícios foram realizadas tendo em perspetiva que a construção do novo hospital estaria concluída no final de 2014, isto é, desde janeiro de 2015 que o HESE funciona em instalações cujo “*fim de vida*” foi já ultrapassado.

Tratando-se de um Hospital Central, que serve todo o Alentejo, servindo uma população de cerca de meio milhão de habitantes e com uma carteira de serviços e valências definida nos termos legalmente previstos para os hospitais centrais, a verdade é que o HESE se confronta, atualmente, com inúmeras dificuldades em fixar profissionais e em desenvolver a prestação de cuidados de saúde, por não dispor de instalações adequadas.

As dificuldades que resultam do insuficiente número de salas de bloco operatório, e que se refletem em várias especialidades cirúrgicas, são apenas um dos exemplos mais flagrantes de tais constrangimentos. A somar a isso temos que referir as dificuldades que resultam da incapacidade de ampliação de espaço nas



urgências, bem como da inexistência de espaço para outras especialidades próprias de um hospital central, nomeadamente as especialidades de cirurgia vascular e neurocirurgia, a impossibilidade de se aumentar o número de camas na Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente, visto a atual ter 5 camas, mas para ter idoneidade teria de ter, pelo menos, 6. É de referir ainda que, apesar das medidas que foram implementadas em termos de segurança, nomeadamente em caso de incêndio, persiste um risco elevado, que só a construção de um novo hospital resolverá. É de considerar ainda que um dos dois hospitais (do Patrocínio) não possui depósito de água, tendo que recorrer a autotanques em caso de falhas na rede pública.

Apesar de o projeto e a construção do novo hospital terem sido devidamente programados por sucessivos Conselhos de Administração do HESE, a verdade é que o processo para a sua construção foi adiado e interrompido, não havendo qualquer perspetiva para o seu avanço há já vários anos.

O direito dos alentejanos à saúde merece mais respeito e concretização!

Não é possível assegurar aos alentejanos a prestação dos cuidados de saúde e a melhoria das condições de vida a que têm direito, sem garantir no Alentejo (1/3 do país) uma rede de serviços públicos de saúde devidamente distribuídos pelo território e articulados entre si. Essa rede não estará garantida enquanto não for construído o novo Hospital Central público de Évora.

E não é admissível que se argumente com a falta de meios financeiros para a construção do novo Hospital.

A construção integral do novo Hospital Central Público de Évora está orçamentada em cerca de 167 milhões de euros, o correspondente a cerca de dois anos de orçamento de funcionamento nas atuais instalações.

Enquanto se utilizou o argumento de que não havia recursos financeiros no país para construir novos hospitais, foram lançadas novas PPP e construídos novos hospitais privados com dinheiros públicos, confirmando não só que havia necessidades, como também que havia recursos financeiros.

O que tudo isto comprova é que o novo Hospital Central público de Évora só não está ainda construído por falta de vontade política, preferindo-se continuar a “jogar” a saúde dos alentejanos como arma de arremesso e de engano eleitoral.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A Assembleia Municipal de Évora, reunida em 29/02/2016, vem tomar posição no sentido de exigir que se garantam as condições para o arranque da construção do novo Hospital Central de Évora, salvaguardando o modelo integralmente público, para a sua construção e gestão.

A AME congratula-se pela aprovação, na Assembleia da República, da recomendação apresentada pelos Grupos Parlamentares do PS, PCP e BE, que aponta para a construção do referido Hospital.

(Aprovada por unanimidade)

www.evora.net/ame